

Como Sair do Líbano?

May Chartouni-Dubarry

A onda de violência no Líbano faz parte deste jogo sírio-israelita cujas regras são já bem conhecidas por todos os actores envolvidos no processo de paz.

Uma das características do processo de paz israelo-árabe, desde o seu início em 1991, é a alternância brutal de momentos de euforia, em que a paz parece ao alcance da mão, e ciclos de violência que fragilizam as magras conquistas. O eixo sírio - ou sírio-libanês - apresenta esta mesma ausência de lógica. O optimismo que acompanhou o retomar das negociações entre Damasco e Telavive, em Dezembro de 1999, depois de cinco anos de congelamento, esvaziou-se com o anúncio da sua suspensão a 17 de Janeiro de 2000.

De acordo com um cenário já habitual, o aumento da tensão não se manifestou na fronteira sírio-israelita - uma das mais seguras do Médio Oriente - mas no Sul do Líbano, antes de se estender ao resto do país do Cedro. Como em Julho de 1993, sob o Governo de Yitzhak Rabin (Operação "Justiça Feita"), em Abril de 1996 sob o de Shimon Peres ("As Vinhas da Ira"), e em Junho de 1999 sob Benjamin Netanyahu, as acções punitivas do Exército israelita tomaram como alvo e refém o Estado libanês, a sua população civil, as suas infraestruturas, e abalaram o processo de reconstrução do pós-guerra.

Para um observador menos atento, a relação entre o bombardeamento do território libanês, pela aviação israelita, e as dificuldades inerentes às negociações sírio-israelitas permanece enigmática. Apesar de ter manifestado a sua vontade de participar "a seu tempo", o Líbano manteve-se à margem do processo enquanto actor desde a primeira ronda negocial, de 1993 a 1995. Isso explica-se por duas razões principais.

A primeira tem a ver com a "indissociabilidade" dos dois eixos, sírio e libanês, que significa, na prática, o compromisso quase sagrado assumido por Damasco e Beirute de nunca concluir um acordo separado com o Estado judaico. Mas esta ligação é apenas a expressão estratégica da intimidade dos laços sírio-libaneses, estabelecidos no final da guerra civil e legalizados pelo Tratado de fraternidade, cooperação e coordenação (1991) entre os dois Estados.

Na realidade, os dois dossiers obedecem a duas lógicas legais diferentes: enquanto que a resolução do conflito sírio-israelita está claramente ligada à resolução 242 das Nações Unidas ("a paz em troca de territórios"), o Líbano relaciona-se unicamente com a resolução 425 (1978) que estipula uma retirada incondicional das tropas israelitas do Sul do Líbano.

A segunda razão da ausência do Líbano das conversações de Shepherdstown nos Estados Unidos é o facto deste país ser, na prática, um instrumento no braço-de-ferro sírio-israelita. A expressão Estado-tampão remonta a 1976, ao momento da entrada das tropas sírias no Líbano, oficialmente para restaurar a paz civil. Um "diálogo de dissuasão" instalou-se então de forma implícita - sob a batuta dos Estados Unidos - entre Damasco e Telavive. Este diálogo funcionou sempre bem: não há praticamente confronto directo entre os 35 mil soldados sírios estacionados no território libanês e o Tsahal (Exército israelita) entrincheirado na sua "zona de segurança" no Sul do Líbano.

Com Madrid, Oslo e o acordo de paz israelo-jordano, este *modus vivendi* acabará, progressivamente, por se tornar vantajoso para a Síria. Privado das duas cartas palestina e jordana, Damasco rentabilizará com sucesso o seu trunfo libanês: o apoio activo e directo, mas sempre sob cobertura iraniana, à resistência libanesa no Sul. A exacerbação do debate interno em Israel - que ultrapassa as clivagens políticas tradicionais - sobre a oportunidade de uma retirada unilateral de uma zona de segurança que se tornou uma zona de insegurança é significativa da importância da questão libanesa nas actuais negociações. O Líbano tornou-se para Israel o pântano que nunca deixou de ser. A guerra de desgaste contra o Hezbollah libanês, formado nos mais sofisticados métodos de guerrilha, provoca uma significativa quota-parte anual de perdas humanas para os soldados israelitas e é o pesadelo do Estado-Maior israelita, mas sobretudo do seu primeiro-ministro, recentemente, eleito.

É por essa razão que Barak, tal como os seus antecessores, se comprometeu a resolver o mais rapidamente possível a questão libanesa. É também, sem dúvida, uma das principais razões que o levaram a reactivar o dossier sírio. Porque, apesar da promessa de uma retirada israelita do Sul do Líbano, antes do próximo mês de Julho, independentemente do resultado das negociações com a Síria, a grande maioria do "establishment" político-militar em Israel continua convencido de que a paz e a segurança na fronteira Norte passam por um acordo prévio com Damasco, senhor do jogo político no Líbano e último garante da boa aplicação de um entendimento israelo-libanês. Os dirigentes israelitas, amargamente marcados pelos falhanços repetidos da sua política libanesa, alimentam, em relação ao seu pequeno vizinho, uma desconfiança congénita que os faz duvidar não apenas da sua fiabilidade enquanto parceiro de paz mas também, e sobretudo, da sua qualidade enquanto actor estatal.

No plano estritamente bilateral, os principais pontos de litígio foram consideravelmente reduzidos, pelo menos no plano técnico. Se a questão do traçado das fronteiras (75 quilómetros) continua em suspenso - o retorno às fronteiras de 4 de Junho de 1967, reivindicado pela parte síria, ou o respeito pela fronteira internacional estabelecida pelas potências mandatárias em 1923 e reconhecida pela parte israelita como a única legal - os outros dossiers relativos à normalização das relações, à segurança e à partilha da água registaram progressos significativos relativamente a 1995.

Segundo as grandes linhas do projecto de acordo, não oficial, redigido pelo mediador americano e divulgado pelo diário israelita "Ha'aretz", os sírios teriam aceite acelerar o processo de estabelecimento de relações diplomáticas e consulares completas, desenvolvendo relações económicas e comerciais e encorajando a circulação de pessoas e bens. No plano dos esquemas de segurança a aplicar a partir do momento do retorno dos Montes Golã à soberania síria a aproximação é também espectacular: de um lado e do outro da fronteira os Exércitos serão separados por zonas desmilitarizadas e as suas capacidades militares serão limitadas.

Persistem, no entanto, dois pontos de divergência: os sírios continuam a exigir que essas zonas tenham profundidade igual e os israelitas não transigem na continuação da sua presença militar efectiva na estação de alerta avançada do Monte Hermon, no cimo dos Golã.

O papel de destaque que ocupa a questão libanesa mostra bem a ambiguidade das negociações sírio-israelitas e vem baralhar a fórmula "paz em troca de territórios". A ordem de prioridades e o sentimento de urgência das duas partes, síria e israelita, não coincidem. Enquanto que para Damasco a recuperação dos Golã passa pelo Sul do Líbano, para Israel o preço a pagar para pacificar a sua fronteira Norte é a restituição dos Golã.

Dito isto, a suspensão das conversações não tem um carácter dramático. A onda de violência no Líbano faz parte deste jogo sírio-israelita cujas regras são já bem conhecidas por todos os actores, regionais e internacionais, envolvidos no processo de paz. Só o cidadão libanês, mergulhado de novo na obscuridade, tem o direito de especular sobre a real margem de manobra interna do primeiro-ministro israelita: o bombardeamento de zonas civis libanesas será suficiente para lhe garantir o apoio necessário para vencer a batalha extremamente dura do referendo nacional sobre a devolução dos Golã? A manifestação que reuniu 150 mil pessoas em Telavive, por iniciativa dos 17 mil colonos israelitas dos Golã, levanta algumas dúvidas sobre isso. Apanhado no mesmo dilema que os seus antecessores - manter a zona de segurança ao mesmo tempo que se compromete junto da opinião pública a retirar - Ehud Barak sobrestimou, manifestamente, a capacidade de tirar o seu país do pântano libanês.